# Índice Sistemático

*Abreviaturas e Siglas Usadas* . . . . . XV
*Apresentação* . . . . . XVII

Introdução . . . . . 1

Capítulo I – Precedente Judicial: Conceito e Elementos . . . . . 5
1.1. Por uma definição de precedente judicial no Direito brasileiro . . 5
1.2. "Teoria dos precedentes judiciais" ou "doutrina dos precedentes"? . 9
1.3. Proposta para a decantação dos elementos do precedente judicial no Direito brasileiro. *Ratio decidendi* e *obiter dictum* . . . . . 13

Capítulo II – Evolução Histórica dos Precedentes Judiciais no Direito Brasileiro. . . . . 23
2.1. Fases históricas dos precedentes judiciais no Direito brasileiro . 23
2.1.1. 1ª Fase: da influência do Direito português (1500 a 1889). A aplicação dos assentos . . . . . 24
2.1.2. 2ª e 3ª Fases: da pré-objetivação (1891 a 1963) à objetivação (de 1963 a 1988). Evolução da Jurisdição Constitucional . . 27
2.1.3. 4ª Fase: a adoção da teoria determinativa dos precedentes judiciais. A jurisdição constitucional pós-88 . . . . . 42

Capítulo III – A Criação do Direito pela Jurisdição Constitucional. Procedimento. Fundamentos da Teoria Determinativa e Funções . . . . . 49
3.1. Precedentes judiciais, princípios e neoconstitucionalismo . . . . . 49
3.2. O princípio da legalidade material na formação e aplicação do precedente . . . . . 57
3.2.1. A superação da concepção tradicional de legalidade e a criação judicial do direito . . . . . 57
3.2.2. Procedimento de formação do precedente judicial . . . . . 65
3.2.2.1. Primeiro ato – a provocação do jurisdicionado . . . . . 66
3.2.2.2. Segundo ato – a atuação do *amicus curiae* na formação do precedente judicial . . . . . 72
3.2.2.2.1. *Amicus curiae* judicial. Os órgãos jurisdicionais ordinários como terceiros especiais na formação dos precedentes . . . . . 80
3.2.2.3. Terceiro ato – a prolação da decisão e a atuação do juízo revisor . . . . . 84
3.2.2.4. Quarto ato – a objetivação na formação do precedente . . 89
3.2.2.5. O último ato – a aplicação do precedente judicial como premissa em um processo posterior. . . . . 95
3.3. A norma judicada perante a teoria determinativa . . . . . 98

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

3.4. A função criadora dos precedentes na jurisdição constitucional . 102
3.4.1. Precedentes confirmativos . . . . . 103
3.4.2. Precedentes declaratórios. . . . . 105
3.4.3. Precedentes manipulativos. . . . . 107
3.4.3.1. Precedentes aditivos atípicos . . . . . 108
3.4.3.2. Precedentes aditivos típicos: mandado de injunção e ação direta de inconstitucionalidade por omissão . . . . . 114
3.4.3.3. Precedentes substitutivos . . . . . 116
3.4.3.4. Precedentes mutativos . . . . . 118
3.4.4. Precedentes distintivos e revogadores . . . . . 120
3.5. A aplicação dos precedentes judiciais como expressão do princípio da isonomia . . . . . 121
3.6. A aplicação dos precedentes como instrumento da segurança jurídica. A função estabilizadora . . . . . 128

Capítulo IV – Autoridade do Precedente na Jurisdição Constitucional . 137
4.1. Efeitos dos precedentes judiciais: vinculação, impedimento de recurso e persuasão . . . . . 137
4.1.1. Precedentes judiciais de efeito vinculante. *Stare decisis* e vinculação no Direito brasileiro . . . . . 139
4.1.1.1. Decisão em sede de ação direta de inconstitucionalidade e de ação declaratória de constitucionalidade como precedente judicial . . . . . 146
4.1.1.2. Decisão em sede de arguição de descumprimento de preceito fundamental como precedente judicial . . . . . 160
4.1.1.3. A súmula com efeito vinculante – a Lei n. 11.417/2006. 167
4.1.1.3.1. A sumulação de orientações . . . . . 167
4.1.1.3.2. A autoridade vinculante das súmulas do Supremo Tribunal Federal . . . . . 175
4.1.1.3.3. Procedimento e legitimação para a propositura de súmula com efeito vinculante . . . . . 177
4.1.1.3.4. A atuação de *amicus curiae* para a edição de súmula vinculante. . . . . 181
4.1.1.3.5. Objeto e finalidade da súmula vinculante. . . . . 184
4.1.1.3.6. Eficácia e emprego de reclamação para resguardar a autoridade de súmula vinculante. . . . . 187
4.1.1.4. O efeito vinculante no controle incidental de constitucionalidade . . . . . 189
4.1.1.4.1. O recurso extraordinário com efeito vinculante. A conjugação com provimento cautelar . . . . . 189
4.1.1.4.2. Decisão vinculante em repercussão geral. . . . . 196
4.1.2. Precedentes de efeito impeditivo de recurso . . . . . 198
4.1.3. Precedentes de efeito meramente persuasivo . . . . . 202
4.2. A transcendência dos motivos determinantes. O dirigismo da Súmula Vinculante n. 2 ao Poder Legislativo. . . . . 204
4.3. Precedentes monoprocessuais e pluriprocessuais. . . . . 211

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

4.4. Aplicação indutiva e dedutiva . . . . . 213
4.5. Autoridade horizontal e vertical do precedente . . . . . 216
4.6. Precedentes originária e derivadamente objetivos . . . . . 217
4.7. Supraprecedentes, pseudoprecedentes, precedentes *per incuriam* e precedentes contraditórios . . . . . 218

Capítulo V – Instrumentos Processuais de Aplicação dos Precedentes Judiciais. . . . . 221
5.1. A aplicação do precedente no juízo impeditivo de recurso. . . . . 222
5.1.1. O juízo impeditivo de recurso em sede de 1ª instância – o artigo 518, § 1º, do Código de Processo Civil, com a redação dada pela Lei n. 11.276, de 07 de fevereiro de 2006 . . . . . 224
5.1.2. A negativa de seguimento de recurso inadmissível, improcedente ou prejudicado – o *caput* do artigo 557 do Código de Processo Civil, com a redação determinada pela Lei n. 9.756/98. . . . . 227
5.1.3. O juízo impeditivo de recurso extraordinário por ausência de repercussão geral – artigo 543-A, § 5º, do Código de Processo Civil, inserido pela Lei n. 11.418/2006. . . . . 230
5.1.4. O juízo positivo de admissibilidade de recurso extraordinário pelo não seguimento de orientação do Supremo Tribunal Federal – o § 3º do artigo 543-A do Código de Processo Civil, com a redação dada pela Lei n. 11.418, de 19 de dezembro de 2006 . . . . . 232
5.1.5. Medida cautelar para a concessão de efeito suspensivo a recurso extraordinário ou especial não admitido pelo tribunal de origem no caso de a decisão recorrida contrariar precedente do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça . . 235
5.1.6. A dispensa de reexame necessário – § 3º do artigo 475 do Código de Processo Civil . . . . . 237
5.1.7. O juízo negativo de admissibilidade do recurso especial, nos termos do artigo 543-C do Código de Processo Civil, inserido pela Lei n. 11.672, de 08 de maio de 2008 . . . . . 238
5.2. A aplicação do precedente judicial no juízo de mérito. . . . . 239
5.2.1. O indeferimento liminar da petição inicial de ação direta de inconstitucionalidade e de ação declaratória de constitucionalidade manifestamente improcedente . . . . . 240
5.2.2. O julgamento de mérito sem citação – artigo 285-A do Código de Processo Civil . . . . . 240
5.2.3. O provimento de recurso por confronto com orientação dominante – § 1º-A do artigo 557 do Código de Processo Civil 255
5.2.4. §§ 2º e 3º do artigo 543-B do Código de Processo Civil, com a redação dada pela Lei n. 11.418, de 19 de dezembro de 2006. Instrumentos para a vinculação e para o impedimento de recurso perante os processos sobrestados por força de orientação de decisão em sede de repercussão geral. . . . . 256
5.2.5. Artigos 14 e 15 da Lei n. 10.259/2001, c/c o artigo 321 do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal. Instrumento específico para a atribuição de efeito vinculante a recurso extraordinário . . . . . 258

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

5.2.6. A impugnação de título executivo por inexigibilidade decorrente de orientação do Supremo Tribunal Federal – artigo 475-L, § 1°, e artigo 741, parágrafo único, ambos do Código de Processo Civil . . . . . 262
5.2.7. Ação rescisória fundada em precedente judicial . . . . . 264
5.2.8. Juízo monocrático em sede de conflito de competência – artigo 120, parágrafo único, do Código de Processo Civil, com a redação dada pela Lei n. 9.756/98 . . . . . 267
5.2.9. Os recursos extraordinário e especial como instrumentos de aplicação de precedentes judiciais . . . . . 269
5.2.10. O incidente de uniformização de jurisprudência e os embargos de divergência como instrumentos de aplicação de precedentes judiciais . . . . . 270
5.3. A reclamação ao Supremo Tribunal Federal como instrumento de aplicação de precedentes judiciais . . . . . 272

Capítulo VI – Métodos Decisórios de Recriação Judicial do Direito . . . 279
6.1. O método *distinguishing* – a aplicação negativa do precedente judicial . . . . . 280
6.2. A revogação do precedente judicial . . . . . 290
6.2.1. Classificação da revogação dos precedentes judiciais . . . . . 293
6.2.1.1. Quanto à hierarquia do órgão revogador: revogação autônoma e heterônoma . . . . . 293
6.2.1.2. Quanto à influência da atividade legislativa: revogação pura e qualificada . . . . . 297
6.2.1.3. Quanto à eficácia temporal: revogação imediata, retrospectiva e prospectiva . . . . . 301

Conclusão . . . . . 307
Bibliografia . . . . . 311

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br